



## SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VOLTA REDONDA

Av. Lucas Evangelista 643, Aterrado, Volta Redonda – CEP 27215-630

Tel.: (24) 3344-2953 e (24) 3344-2978

E-mail: cpl@saaevr.com.br e cpl.saaevr@gmail.com

CNPJ: 32.504.706/0001-87 - Insc. Estadual: Isento – Insc. Municipal 040.265.005

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90078/2024**  
**SCS 051565 – PROCESSO ADMIN. Nº VR-30.030-00000012/2024**

### CONTRATANTE (UASG)

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VOLTA  
REDONDA – SAAE/VR – UASG 926687

### OBJETO

**GRAXA PARA ROLAMENTO DE MOTORES ELÉTRICOS - MARCA  
MOBIL POLIREX CONFORME PORTARIA DE PADRONIZAÇÃO Nº  
051/2022**

### VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

**R\$ 16.552,40**

### DATA DA SESSÃO

**26/11/2024**

### HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das 09h00min até 17h00min

### CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

### PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

**SIM**

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90078/2024**  
**SCS 051565 – PROCESSO ADMIN. Nº VR-30.030-00000012/2024**

## Sumário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA .....	3
2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA. ....	4
3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL ..	6
4. FASE DE LANCES.....	7
5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS .....	8
6. HABILITAÇÃO .....	10
7. CONTRATAÇÃO .....	12
8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	12
9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	14

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90078/2024**  
**SCS 051565 – PROCESSO ADMIN. Nº VR-30.030-00000012/2024**

**TORNA-SE PÚBLICO QUE O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VOLTA REDONDA (SAAE/VR), POR MEIO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, REALIZARÁ DISPENSA ELETRÔNICA, COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO, NA HIPÓTESE DO ART. 75, INCISO II, NOS TERMOS DA LEI N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 67, DE 2021 E DEMAIS NORMAS APLICÁVEIS.**

**Data da sessão: 26/11/2024**

**Horário da Fase de Lances: Das 09h00min até 17h00min**

**Link: [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)**

**Critério de Julgamento: menor preço**

Telefone Suporte Compras.gov.br - 0800-9789001

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

1.1 - O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a **aquisição**, por dispensa de licitação, de **GRAXA PARA ROLAMENTO DE MOTORES ELÉTRICOS - MARCA MOBIL POLIREX CONFORME PORTARIA DE PADRONIZAÇÃO Nº 051/2022**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA e seus ANEXOS.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO	PREÇO TOTAL ESTIMADO
1	<b>GRAXA COM ESPESSANTE DE POLIUREIA GRAU NLGI 3.</b> <b>Resumo:</b> GRAXA PARA ROLAMENTO DE MOTORES ELÉTRICOS. GRAU NLGI 3. COR AZUL. CST@ 40°C - 115, CST@ 100°C - 12,2. ÍNDICE DE VISCOSIDADE ASTM D2270 - 95. PENETRAÇÃO TRABALHADA, ASTM D217, 60X, 250MM/10. ALTERAÇÃO NA PENETRAÇÃO APÓS 100.000 CICLOS, ASTM D217, 40MM/10. PONTO DE GOTA, ASTM D2265 270°F. TESTE DE SEPARAÇÃO DO ÓLEO, ASTM D1742, 0,1%. VIDA DA GRAXA ALTA TEMPERATURA, ASTM D3336, 750 HORAS A 177°C. BALDE COM 16 KILOS. <b>MARCA MOBIL POLIREX EM CONFORME PORTARIA DE PADRONIZAÇÃO Nº 051/2022.</b>	474391	UN	04	4.138,10	16.552,40

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90078/2024**  
**SCS 051565 – PROCESSO ADMIN. Nº VR-30.030-00000012/2024**

LOCAL DE ENTREGA:	Conforme item 12 do Termo de Referência.
PRAZO DE ENTREGA:	Até 30 (trinta) dias, conforme item 13 do Termo de Referência.
PRAZO DE VALIDADE	Até 36 (trinta e seis) meses, conforme item 11 do Termo de Referência.

1.1.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## **2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.**

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

2.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

### **2.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:**

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90078/2024**  
**SCS 051565 – PROCESSO ADMIN. Nº VR-30.030-00000012/2024**

com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

2.2.5. que não estejam legalmente estabelecidas e ou que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, devendo tal fato ser oportunamente comprovado mediante exame dos atos constitutivos da empresa; e

2.3. Será permitida a participação de **cooperativas**, conforme **item 9.2** do Termo de Referência, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007.

2.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90078/2024**  
**SCS 051565 – PROCESSO ADMIN. Nº VR-30.030-00000012/2024**

**3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (**sessenta**) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;



**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90078/2024**  
**SCS 051565 – PROCESSO ADMIN. Nº VR-30.030-00000012/2024**

3.9.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.10. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.12.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.12.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.12.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.12.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

#### **4. FASE DE LANCES**

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90078/2024**  
**SCS 051565 – PROCESSO ADMIN. Nº VR-30.030-00000012/2024**

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 0,01 (um centavo).

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## **5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS**

5.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas.

5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

5.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

5.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado conforme **Modelo de Proposta de Preços que integra o Anexo III** deste aviso, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.



**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90078/2024**  
**SCS 051565 – PROCESSO ADMIN. Nº VR-30.030-00000012/2024**

5.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o agente de contratação verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 2.2 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.4.1. SICAF;

5.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

5.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

5.4.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)); e

5.4.5. Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

5.5 Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos itens 5.4.2, 5.4.3, 5.4.4 e 5.4.5 acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

5.6 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

5.7. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

5.7.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

5.7.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

5.7.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.8. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

5.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.9.1. conter vícios insanáveis;

5.9.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90078/2024**  
**SCS 051565 – PROCESSO ADMIN. Nº VR-30.030-00000012/2024**

5.9.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.9.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.9.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.10. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.10.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.10.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

5.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.15. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## **6. HABILITAÇÃO**

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA**

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90078/2024**  
**SCS 051565 – PROCESSO ADMIN. Nº VR-30.030-00000012/2024**

**PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

6.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo a ser definido pelo agente de contratação, sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).

6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90078/2024**  
**SCS 051565 – PROCESSO ADMIN. Nº VR-30.030-00000012/2024**

## **7. CONTRATAÇÃO**

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

7.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90078/2024**  
**SCS 051565 – PROCESSO ADMIN. Nº VR-30.030-0000012/2024**

8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

8.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

8.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse



**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90078/2024**  
**SCS 051565 – PROCESSO ADMIN. Nº VR-30.030-00000012/2024**

valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

8.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.11. as peculiaridades do caso concreto;

8.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.13. os danos que dela provierem para o Contratante;

8.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

8.17. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.



**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90078/2024**  
**SCS 051565 – PROCESSO ADMIN. Nº VR-30.030-00000012/2024**

9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.10.1. No caso de divergência entre a especificação e códigos CATMAT/CATSER contidos neste aviso, no Termo de Referência, e no Sistema Compras.gov.br – SIASG, prevalecerá a descrita nesse aviso ou no Termo de Referência, conforme caso.

9.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90078/2024**  
**SCS 051565 – PROCESSO ADMIN. Nº VR-30.030-00000012/2024**

- 9.12.1. ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO;
- 9.12.2. ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA;
- 9.12.3. ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS.

Volta Redonda, 19 de novembro de 2024.

**AMANDA DA COSTA ALBUINI – MATR. 21083**  
**PRESIDENTE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90078/2024**  
**SCS 051565 – PROCESSO ADMIN. Nº VR-30.030-00000012/2024**

**ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

**1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

1.1 - Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

1.2 - No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.3 - Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

1.4 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

1.5 - Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

1.6 - No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.7 - Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

1.8 - No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

1.9 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90078/2024**  
**SCS 051565 – PROCESSO ADMIN. Nº VR-30.030-00000012/2024**

**2 - REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

2.3 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.4 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.5 - Em relação às fornecedoras cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

2.5.1 - A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764 de 1971;

2.5.2 - A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

2.5.3 - A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato, e

2.5.4 - Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que a aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da dispensa;

2.5.5 - A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90078/2024**  
**SCS 051565 – PROCESSO ADMIN. Nº VR-30.030-00000012/2024**

**ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA**



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VOLTA REDONDA  
Av. Lucas Evangelista 643, Aterrado, Volta Redonda – CEP 27215-630  
Tel.: (24) 3344-2953 e (24) 3344-2978  
E-mail: cpl@saaevr.com.br e cpl.saaevr@gmail.com  
CNPJ: 32.504.706/0001-87 - Insc. Estadual: Isento – Insc. Municipal 040.265.005

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 - DEPARTAMENTO SOLICITANTE:**

GAE – Gerencia de Controle de Água e Esgoto

**2 - OBJETO**

GRAXA PARA ROLAMENTO DE MOTORES ELÉTRICOS GRAU NLGI 3.

**3 - JUSTIFICATIVA**

A aquisição da graxa POLIREX, grau NLGI 3, é necessária para garantir a correta lubrificação dos rolamentos de motores elétricos utilizados pelo SAAE-VR, principalmente em motores de alto rendimento, seguindo a recomendação do fabricante WEG. A padronização deste insumo visa a uniformidade no processo de manutenção preventiva e corretiva, assegurando a continuidade operacional e reduzindo custos com a troca frequente de materiais de diferentes marcas e especificações.

**4 - QUANTITATIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

Item	Especificação/Descrição (Especificação Técnica)	Qtde	Unid.
1	GRAXA PARA ROLAMENTO DE MOTORES ELÉTRICOS. GRAU NLGI 3. COR AZUL. CST@ 40°C - 115, CST@ 100°C - 12.2. ÍNDICE DE VISCOSIDADE ASTM D2270 - 95. PENETRAÇÃO TRABALHADA, ASTM D217, 60X, 250MM/10. ALTERAÇÃO NA PENETRAÇÃO APÓS 100.000 CICLOS, ASTM D217, 40MM/10. PONTO DE GOTA, ASTM D2265 270°F. TESTE DE SEPARAÇÃO DO ÓLEO, ASTM D1742, 0,1%. VIDA DA GRAXA ALTA TEMPERATURA, ASTM D3336, 750 HORAS A 177°C. <b>BALDE COM 16 KILOS.</b> MARCA MOBIL POLIREX EM CONFORME PORTARIA DE PADRONIZAÇÃO Nº 051/2022. CÓDIGO CATMAT: <b>NENHUM ITEM ENCONTARDO COM AS CARACTERÍSTICAS ESCOLHIDAS.</b>	4	Unid.

**5 – ÚLTIMA CONTRATAÇÃO DO OBJETO/SERVIÇO**

Item	Descrição Resumida	Última compra	Qtde	Valor unit.
1	GRAXA PARA ROLAMENTO DE MOTORES ELÉTRICOS. GRAU NLGI 3. COR AZUL.	Proc. 139/23	3	R\$2.750,00

**6 – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes das obrigações assumidas com a presente licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:  
45.01.17.512.1111.6454.3339030000000.1501.0000

**7 – ESTIMATIVA DE PREÇO**

O preço total estimado pela administração para o objeto desta contratação é o constante no edital.



**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90078/2024**  
**SCS 051565 – PROCESSO ADMIN. Nº VR-30.030-00000012/2024**



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VOLTA REDONDA  
Av. Lucas Evangelista 643, Aterrado, Volta Redonda – CEP 27215-630  
Tel.: (24) 3344-2953 e (24) 3344-2978  
E-mail: cpl@saaevr.com.br e cpl.saaevr@gmail.com  
CNPJ: 32.504.706/0001-87 - Insc. Estadual: Isento – Insc. Municipal 040.265.005

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**8 – SUBCONTRATAÇÃO**

Não será admitida a subcontratação, sub-rogação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto solicitado.

**9 – PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS E COOPERATIVAS**

9.1 Não será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, por não se tratar de execução contratual de dimensão de alta complexidade e grande vulto financeiro.  
9.2 Será admitida a participação na licitação de cooperativa de trabalho regida pela Lei nº 12.690/12, sendo esta considerada a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborais ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho, nos termos da legislação em vigor.

**10 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

10.1 Considerando as características do objeto e o volume reduzido da aquisição (4 baldes de 16 kg de graxa POLIREX), o parcelamento da solução **não será adotado**, pois não traria benefícios significativos em termos de economicidade, logística ou gestão do fornecimento.  
10.2 A licitação será realizada em lote único, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, considerando que o parcelamento da solução não traz benefícios operacionais ou econômicos para o objeto específico desta contratação, respeitando-se o princípio da competitividade e as regras de tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte, conforme Lei Complementar nº 123/2006.

**11 - CONDIÇÕES DE VALIDADE DO PRODUTO**

11.1 O produto deverá ter uma validade mínima de 36 meses a partir da data de entrega, conforme especificação do fabricante.

**12 - LOCAL DE ENTREGA**

12.1 Local: Av.: Waldir Sobreira Pires, nº 250, Bom Jesus (Retiro), Volta Redonda, RJ. CEP: 27281-347.  
12.2 Justificativa: Redução de Tempo de Processamento - A entrega direta no setor elimina o tempo adicional necessário para o transporte do almoxarifado até o local de uso. Inspeção Imediata - A entrega direta permite uma inspeção imediata do material pelo setor responsável, assegurando que o objeto atenda às especificações e padrões necessários para o uso. Isso facilita a resolução rápida de qualquer problema que possa surgir com o fornecimento.  
12.3 A entrega será por conta da contratada.

2/11



**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90078/2024**  
**SCS 051565 – PROCESSO ADMIN. Nº VR-30.030-00000012/2024**



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VOLTA REDONDA  
Av. Lucas Evangelista 643, Aterrado, Volta Redonda – CEP 27215-630  
Tel.: (24) 3344-2953 e (24) 3344-2978  
E-mail: cpl@saaevr.com.br e cpl.saaevr@gmail.com  
CNPJ: 32.504.706/0001-87 - Insc. Estadual: Isento – Insc. Municipal 040.265.005

**TERMO DE REFERÊNCIA**

12.4 Caberá à contratada arcar com os custos do transporte, descarregamento e entrega no endereço citado.

12.5 Os prazos de fornecimento dos bens poderão ser prorrogados, mantidas as demais condições da contratação e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos devidamente evidenciado e sujeito a análise prévia do setor requisitante.

12.6 Eventual pedido de prorrogação nos termos do item anterior, deverá ser encaminhado à Divisão de Manutenção Eletromecânica - DME, responsável pela fiscalização do contrato, através do telefone (24) 33398517.

**13 - PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO**

Em até 30 dias a partir da publicação da nota de empenho no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP e/ou assinatura de contrato.

**14 – RECEBIMENTO DO OBJETO**

14.1 O objeto do contrato será recebido provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, após a entrega dos materiais, e nos termos do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

14.2 Após o recebimento provisório, a fiscalização avaliará as características do item, identificando eventuais problemas. Estando em conformidade, será efetuado o recebimento definitivo.

14.3 Se após o recebimento provisório, constatar-se que o objeto foi executado em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a fiscalização notificará por escrito a contratada, interrompendo-se os prazos de recebimento e ficando suspenso o pagamento até que sanada a irregularidade.

14.4 O recebimento definitivo do objeto será efetuado, nos termos do art. 141 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

14.5 O aceite/aprovação dos produtos pelo SAAE/VR não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

**15 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

15.1 Cumprir as exigências especificadas neste termo de referência, como também atender as seguintes obrigações:

15.2 Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultantes da execução do contrato;

15.3 Arcar com os custos do transporte, descarregamento e entrega dos materiais no endereço citado no item 11;

15.4 Fornecer materiais que atendam às especificações técnicas detalhadas neste termo de referência, garantindo sua qualidade e conformidade com os padrões

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90078/2024**  
**SCS 051565 – PROCESSO ADMIN. Nº VR-30.030-00000012/2024**



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VOLTA REDONDA  
Av. Lucas Evangelista 643, Aterrado, Volta Redonda – CEP 27215-630  
Tel.: (24) 3344-2953 e (24) 3344-2978  
E-mail: cpl@saaevr.com.br e cpl.saaevr@gmail.com  
CNPJ: 32.504.706/0001-87 - Insc. Estadual: Isento – Insc. Municipal 040.265.005

**TERMO DE REFERÊNCIA**

exigidos;

15.5 Realizar a entrega dos materiais dentro do prazo estipulado, sob pena de aplicação de penalidades previstas no contrato;

15.6 Substituir qualquer material entregue que não atenda às especificações técnicas ou que apresente defeitos, sem custo adicional para a contratante;

15.7 Cumprir todas as normas de segurança do trabalho durante o transporte e entrega dos materiais;

15.8 Comunicar imediatamente à contratante qualquer ocorrência que possa interferir no prazo de entrega dos materiais.

**16 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

16.1 Providenciar o pagamento dos materiais entregues conforme as condições estipuladas neste termo de referência e no contrato;

16.2 Fiscalizar o cumprimento das especificações técnicas dos materiais entregues e a conformidade com os padrões exigidos;

16.3 Fornecer as condições necessárias para o acesso ao local de entrega dos materiais, garantindo a segurança dos trabalhadores envolvidos;

16.4 Comunicar à contratada qualquer irregularidade observada nos materiais entregues, solicitando a substituição ou correção quando necessário;

16.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, garantindo o cumprimento das obrigações da contratada.

**17 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

Para execução do pagamento, a contratada deverá emitir nota fiscal eletrônica, de acordo com a legislação vigente, correspondente à sede ou filial que apresentou a documentação na fase de habilitação, sem emendas, rasuras ou borrões, legível e em nome do SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VOLTA REDONDA -SAAEVR, CNPJ/MF n.º 32.504.706/0001-87, situado à Av. Lucas Evangelista de Oliveira Franco, n.º 643, Aterrado, Volta Redonda, RJ.

17.1 O pagamento será realizado respeitando a Ordem Cronológica devendo ser realizado em até 30 (trinta) dias após o ateste definitivo conforme segue:

Situação	Prazo de Entrega	Recebimento Provisório	Folga de Segurança	Recebimento Definitivo	Prazo Total	Prazo de Pagamento
----------	------------------	------------------------	--------------------	------------------------	-------------	--------------------

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90078/2024**  
**SCS 051565 – PROCESSO ADMIN. Nº VR-30.030-00000012/2024**



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VOLTA REDONDA  
Av. Lucas Evangelista 643, Aterrado, Volta Redonda – CEP 27215-630  
Tel.: (24) 3344-2953 e (24) 3344-2978  
E-mail: cpl@saaevr.com.br e cpl.saaevr@gmail.com  
CNPJ: 32.504.706/0001-87 - Insc. Estadual: Isento – Insc. Municipal 040.265.005

**TERMO DE REFERÊNCIA**

Contratos com entrega imediata (em até 30 dias corridos)	30 dias	Em até 1 dias	Até 1 dia	Em até 1 dias	33 dias	Em até 30 dias após o prazo total estabelecido para liquidação da despesa
--	---------	---------------	-----------	---------------	---------	---

**18 – REVISÃO E REAJUSTE DE PREÇOS**

18.1 os preços serão fixos e irrevogáveis e inexistirá a possibilidade de adoção pelas partes de qualquer espécie de atualização financeira antes do interregno mínimo de um ano.

18.2 Os preços contratados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços contratados, nas seguintes situações:

18.2.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da obra ou do contrato tal como pactuados, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021; 29.1.2. 27.2.2 - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; 18.2.2 No caso de prorrogação do prazo de vigência contratual, e desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data base do orçamento estimado, ou nos reajustes subsequentes ao primeiro ocorrido nesse(s) contrato(s), da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, os valores contratados poderão ser reajustados, utilizando-se a variação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, caso não exista índice específico para o objeto a ser contratado.

18.3 O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do artigo 107 da Lei Federal 14.133/21.

18.4 O prazo para resposta ao pedido de reajuste de preços somente começará a fluir a partir do momento em que o pedido da contratada se encontrar correto e completamente instruído.

**19 – MATRIZ DE RISCO**

Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Medida Mitigadora
--------------------	---------------	---------	----------------	-------------------



**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90078/2024**  
**SCS 051565 – PROCESSO ADMIN. Nº VR-30.030-00000012/2024**



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VOLTA REDONDA  
Av. Lucas Evangelista 643, Aterrado, Volta Redonda – CEP 27215-630  
Tel.: (24) 3344-2953 e (24) 3344-2978  
E-mail: cpl@saaevr.com.br e cpl.saaevr@gmail.com  
CNPJ: 32.504.706/0001-87 - Insc. Estadual: Isento – Insc. Municipal 040.265.005

**TERMO DE REFERÊNCIA**

Atraso na entrega da Graxa	Média	Alto	Médio	Aplicação de penalidades e monitoramento contínuo do fornecedor.
Não conformidade da Graxa entregue	Baixa	Alto	Médio	Inspeção rigorosa e verificação de conformidade.

**20 – MAPA DE RISCO**

Em anexo.

**21 – SUSTENTABILIDADE**

A aquisição deve observar princípios de sustentabilidade, incluindo:

- Eficiência no uso de recursos naturais;
- Redução do impacto ambiental no transporte e fabricação da graxa;
- Promoção de responsabilidade social.

**22 - RESPONSABILIDADE PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

22.1 O acompanhamento e a fiscalização do contrato serão de responsabilidade da Gerência de Tratamento de Água e Esgoto e Divisão de Manutenção Eletromecânica – GAE/DME, que verificará a conformidade dos materiais entregues, o cumprimento dos prazos estabelecidos e a qualidade dos materiais fornecidos.

22.2 Cabe ao responsável pela fiscalização comunicar à contratada qualquer irregularidade observada, solicitar as devidas correções e garantir a conformidade dos materiais entregues com as especificações técnicas detalhadas neste termo de referência.

22.3 O gerenciamento e a fiscalização da contratação caberão, respectivamente, aos servidores do SAAE-VR, que determinarão o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, na(s) sua(s) falta(s) ou impedimento(s), ao(s) seu(s) substituto(s).

22.4 Ficam reservados ao Gestor da contratação, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previsto no processo administrativo e tudo o mais que se

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90078/2024**  
**SCS 051565 – PROCESSO ADMIN. Nº VR-30.030-00000012/2024**



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VOLTA REDONDA  
Av. Lucas Evangelista 643, Aterrado, Volta Redonda – CEP 27215-630  
Tel.: (24) 3344-2953 e (24) 3344-2978  
E-mail: cpl@saaevr.com.br e cpl.saaevr@gmail.com  
CNPJ: 32.504.706/0001-87 - Insc. Estadual: Isento – Insc. Municipal 040.265.005

**TERMO DE REFERÊNCIA**

relacione com o objeto contratado, desde que não acarrete ônus para o SAAE-VR ou modificação da contratação.

22.5 As decisões que ultrapassarem a competência do gestor da contratação deverão ser solicitadas formalmente à autoridade administrativa imediatamente superior, em tempo hábil para a adoção de medidas.

22.6 A Contratada deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela Gestão e Fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

22.7 A existência e a atuação da gestão e da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a Contratante ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da sua execução contratual não implicará corresponsabilidade da Contratante ou de seus prepostos, devendo, ainda, a Contratada, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a Contratante dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

**23 – FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:**

23.1 Este Termo de Referência servirá de base para a elaboração do instrumento contratual ou nota e empenho, que será formalizado conforme as disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

**24 – DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA:**

24.1 A documentação necessária para a habilitação e participação no processo licitatório será detalhada no edital de licitação, devendo incluir, mas não se limitando a:

24.2 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

24.3 Certidões negativas de débitos fiscais e trabalhistas;

24.4 Comprovante de regularidade com o FGTS e INSS;

24.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90078/2024**  
**SCS 051565 – PROCESSO ADMIN. Nº VR-30.030-00000012/2024**



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VOLTA REDONDA  
Av. Lucas Evangelista 643, Aterrado, Volta Redonda – CEP 27215-630  
Tel.: (24) 3344-2953 e (24) 3344-2978  
E-mail: cpl@saaevr.com.br e cpl.saaevr@gmail.com  
CNPJ: 32.504.706/0001-87 - Insc. Estadual: Isento – Insc. Municipal 040.265.005

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**25 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

- 25.1 O licitante/adjudicatário participante do procedimento licitatório estará sujeito, durante o seu transcorrer, à aplicação das seguintes sanções administrativas previstas no artigo 156 da Lei Federal n.º 14.133/21:
- 25.2 Advertência
- 25.3 Multa
- 25.4 Impedimento de Licitar e Contratar, e
- 25.5 Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar.

**26 – FISCAIS DO PROCESSO:**

- 26.1 São fiscais do processo/contrato os servidores a serem designados por Portaria:
- 26.2 Fiscal: Carlos Alberto Moreira – Matr. 3689
- 26.3 Fiscal Substituto: Leandro Pereira Coelho – Matr. 18805

**27 – GESTOR DO PROCESSO:**

- 27.1 O (a) gestor (a) do processo/contrato será:
- 27.2 Gestor do Contrato/Processo: Silvino Gandos Bouzan – Matr. 23418

**28 – CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

- 28.1 O presente termo de referência foi concebido com base nas normas legais aplicadas à matéria e nas premissas recomendadas pelo SAAE-VR.
- 28.2 Este termo de referência constituirá parte integrante do instrumento de contratação a ser instaurado para viabilizar a contratação de empresa devidamente qualificada e que apresente o melhor preço para fornecimento do bem objeto ou serviço desta demanda.
- 28.3 As empresas interessadas em participar da disputa serão integralmente responsáveis pela avaliação e levantamento dos custos relativos à execução e/ou fornecimento do objeto, sendo inteiramente responsáveis por eventuais prejuízos decorrentes de avaliação equivocada ou da sua ausência.



**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90078/2024**  
**SCS 051565 – PROCESSO ADMIN. Nº VR-30.030-00000012/2024**



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VOLTA REDONDA  
Av. Lucas Evangelista 643, Aterrado, Volta Redonda – CEP 27215-630  
Tel.: (24) 3344-2953 e (24) 3344-2978  
E-mail: cpl@saaevr.com.br e cpl.saaevr@gmail.com  
CNPJ: 32.504.706/0001-87 - Insc. Estadual: Isento – Insc. Municipal 040.265.005

**TERMO DE REFERÊNCIA**


**29 – APROVAÇÃO:**

Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, e foi aprovado pelo responsável pela Gerência de Tratamento de Água e Esgoto - GAE, conforme assinado abaixo:

Gerência de Tratamento de Água e Esgoto - GAE

SAAE-VR - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Volta Redonda  
Avenida Lucas Evangelista, número 643, Aterrado, Volta Redonda - RJ,  
CEP 27.215-630.

Volta Redonda, 30 de setembro de 2024.

  
Sebastião Luiz Alves  
Supervisão de Manutenção Eletromecânica  
Matrícula 16438

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90078/2024**  
**SCS 051565 – PROCESSO ADMIN. Nº VR-30.030-00000012/2024**



**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VOLTA REDONDA**  
 Av. Lucas Evangelista 643, Aterrado, Volta Redonda – CEP 27215-630  
 Tel.: (24) 3344-2953 e (24) 3344-2978  
 E-mail: cpl@saaevr.com.br e cpl.saaevr@gmail.com  
 CNPJ: 32.504.706/0001-87 - Insc. Estadual: Isento – Insc. Municipal 040.265.005

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO I**

RISCO	DESCRIÇÃO	ATRASO OU SUSPENSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO EM FACE DE IMPUGNAÇÕES	
1	PROBABILIDADE	Baixa	
	IMPACTO	Alto	
	DANO	Atraso na contratação; retrabalho; interrupção das operações de SAAE/VR	
	ITEM	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
	1	Elaboração do planejamento da contratação consultando soluções similares em outros órgãos e instituições	Equipe de planejamento da contratação
	2	Elaborar Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência robustos que apresentem estudo comparativo realizado	Equipe de planejamento da contratação
	3	Verificação do teor de impugnações e recursos em contratações similares	Equipe de planejamento da contratação
	ITEM	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
	1	Mitigação e eliminação das causas que obstruem a contratação.	Sector responsável pela pendência
RISCO	DESCRIÇÃO	FALHAS OU ERROS NA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	
2	PROBABILIDADE	Baixa	
	IMPACTO	Alto	
	DANO	Comprometimento parcial ou total da finalidade da contratação	
	ITEM	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
	1	Consultar contratações similares para elaborar o Estudo Técnico Preliminar.	Equipe de planejamento da contratação
	2	Consultar fornecedores durante a elaboração do Estudo Técnico Preliminar.	Equipe de planejamento da contratação
	ITEM	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
	1	Corrigir a especificação técnica	Equipe de planejamento da contratação
	2	Cancelar ou revogar a licitação e republicar o edital	Autoridade competente
RISCO	DESCRIÇÃO	LICITAÇÃO DESERTA OU FRACASSADA	
3	PROBABILIDADE	Baixa	
	IMPACTO	Alto	
	DANO	Impossibilidade de contratação; retrabalho em função da necessidade de reavaliação dos critérios de contratação	
	ITEM	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
	1	Divulgar amplamente a licitação	Autoridade competente
	2	Proceder ampla pesquisa de mercado para referenciar o preço	Autoridade competente
	3	Consolidar a especificação técnica junto ao mercado	Equipe de planejamento da contratação
	ITEM	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
	1	Republicar o edital	Autoridade competente
	2	Ampliar a divulgação do edital, com convite direto às empresas que apresentaram orçamento na pesquisa de preços	Autoridade competente

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90078/2024**  
**SCS 051565 – PROCESSO ADMIN. Nº VR-30.030-00000012/2024**



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VOLTA REDONDA  
Av. Lucas Evangelista 643, Aterrado, Volta Redonda – CEP 27215-630  
Tel.: (24) 3344-2953 e (24) 3344-2978  
E-mail: cpl@saaevr.com.br e cpl.saaevr@gmail.com  
CNPJ: 32.504.706/0001-87 - Insc. Estadual: Isento – Insc. Municipal 040.265.005

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO II**

**Síntese de Justificativa de Padronização – Graxa POLIREX EM (Marca Mobil)**

A padronização da graxa POLIREX EM, da marca Mobil, se justifica pela necessidade de assegurar o desempenho e a durabilidade dos motores elétricos utilizados pelo SAAE-VR. Esses motores, instalados em diversos pontos, especialmente na Estação de Tratamento de Água, dependem de lubrificação adequada para evitar corrosão, oxidação e superaquecimento dos rolamentos e mancais. O fabricante dos motores, WEG, recomenda a utilização exclusiva da graxa Mobil POLIREX EM, ressaltando os riscos de contaminação e alteração das propriedades químicas em caso de mistura com graxas de outras marcas. A padronização contribui para reduzir o tempo de manutenção e otimizar os recursos públicos, evitando a necessidade de limpeza e troca completa de graxa nos motores, processo que demanda tempo significativo.

**Descrição do Padrão – Graxa POLIREX EM (Marca Mobil)**

A graxa POLIREX EM da marca Mobil é composta por óleos minerais, espessante e aditivos, desenvolvida para lubrificar motores elétricos. Ela é utilizada principalmente nos motores da WEG instalados pelo SAAE-VR. Suas propriedades técnicas garantem a proteção contra corrosão e oxidação, além de aumentar a vida útil dos rolamentos e melhorar o desempenho dos equipamentos. Esta graxa também otimiza o intervalo de relubrificação, economizando tempo de manutenção. A escolha da POLIREX EM segue a recomendação do fabricante WEG, que alerta contra o uso de outras graxas, devido ao risco de contaminação e à necessidade de realizar procedimentos complexos de limpeza no motor em caso de troca de marca.

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90078/2024**  
**SCS 051565 – PROCESSO ADMIN. Nº VR-30.030-00000012/2024**



**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO**  
Avenida Lucas Evangelista, 643 – Aterrado - 27215-630 Volta Redonda-RJ  
Tel: (24) 3344.2900 - CNPJ: 32.504.706/0001-87

**GABINETE DO DIRETOR EXECUTIVO**

Portaria nº 051/2022

**O DIRETOR EXECUTIVO DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VOLTA REDONDA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, artigo 13 da Lei Municipal nº 901 de 19 de dezembro de 1967, e

**CONSIDERANDO** que a padronização é um princípio a ser observado, sempre que possível, nas compras feitas pela Administração Pública, pois visa assegurar a compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, proporcionando redução dos custos;

**CONSIDERANDO** que o princípio da padronização (Art. 15 Inciso I da Lei 8.666/93), deve se compatibilizar com os demais princípios que presidem o instituto das licitações, especialmente os da competitividade e da isonomia;

**CONSIDERANDO** que a padronização, por si só, não importa na contratação direta, ainda que seja indicada a marca;

**CONSIDERANDO** que a padronização, não viola o princípio da isonomia, pois no mercado existe uma rede extensa de fornecedores de equipamentos, peças e acessórios das marcas solicitadas, não impedindo a competitividade;

**CONSIDERANDO** as justificativas apresentadas no Processo nº 0961/2021 da Comissão de padronização, fls. nº 05;



1

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90078/2024**  
**SCS 051565 – PROCESSO ADMIN. Nº VR-30.030-00000012/2024**



**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO**  
Avenida Lucas Evangelista, 643 – Aterrado - 27215-630 Volta Redonda-RJ  
Tel: (24) 3344.2900 - CNPJ: 32.504.706/0001-87

**GABINETE DO DIRETOR EXECUTIVO**

Portaria nº 051/2022

**RESOLVE:**

**Art. 1º AUTORIZAR** a Comissão Permanente de Licitação, realizar compra de graxa para rolamentos de motores elétricos **MOBIL POLIREX EM**, em conformidade com o princípio de padronização estipulado pela Lei de Licitação nº 8.666/1993 e suas alterações, por um período de 05 (cinco) anos.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor nesta data. Publique-se.

Volta Redonda, 26 de janeiro de 2022.



**Engº Paulo Cezar de Souza - matr. 23400**  
Diretor Executivo

tpm,

2



**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90078/2024**  
**SCS 051565 – PROCESSO ADMIN. Nº VR-30.030-00000012/2024**

**ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

A firma abaixo se propõe **a entregar o objeto desta contratação direta por DISPENSA DE LICITAÇÃO, conforme discriminado no Termo de Referência – Anexo II do Aviso de Dispensa Eletrônica nº 90078/2024**, pelos preços e condições assinalados na presente, obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente.

Firma Proponente \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_

Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ Insc. Estadual: \_\_\_\_\_ Insc. Munic. \_\_\_\_\_

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	MARCA	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	<b>GRAXA COM ESPESSANTE DE POLIUREIA GRAU NLGI 3.</b> <b>Resumo:</b> GRAXA PARA ROLAMENTO DE MOTORES ELÉTRICOS. GRAU NLGI 3. COR AZUL. CST@ 40°C - 115, CST@ 100°C - 12,2. INDICE DE VISCOSIDADE ASTM D2270 - 95. PENETRAÇÃO TRABALHADA, ASTM D217, 60X, 250MM/10. ALTERAÇÃO NA PENETRAÇÃO APÓS 100.000 CICLOS, ASTM D217, 40MM/10. PONTO DE GOTA, ASTM D2265 270°F. TESTE DE SEPARAÇÃO DO ÓLEO, ASTM D1742, 0,1%. VIDA DA GRAXA ALTA TEMPERATURA, ASTM D3336, 750 HORAS A 177°C. BALDE COM 16 KILOS. <b>MARCA MOBIL POLIREX</b>	UN	04	MOBIL POLIREX		



**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90078/2024**  
**SCS 051565 – PROCESSO ADMIN. Nº VR-30.030-00000012/2024**

	<b>EM PORTARIA PADRONIZAÇÃO 051/2022.</b>	<b>CONFORME DE Nº</b>					
--	---	-------------------------------	--	--	--	--	--

1.1 – O preço total ofertado é R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

1.2 - O preço ofertado inclui todos os custos de mão de obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais, administração, trabalhistas, previdenciários, contribuições parafiscais e outros que venham a incidir sobre o objeto do **Aviso de Dispensa Eletrônica nº 90078/2024**.

**2 – DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO**

2.1 – O prazo de fornecimento do objeto será **até 30 (trinta) dias**, conforme o estabelecido no **item 13 do TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II do Aviso de Dispensa Eletrônica nº 90078/2024**.

**3 - DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

3.1 - A execução do objeto dar-se-á na forma estabelecida no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II do Aviso de Dispensa Eletrônica nº 90078/2024**.

**4 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS**

4.1 - O **SAAE-VR** efetuará o pagamento mediante crédito em conta corrente da **CONTRATADA** até o 30º (trigésimo) dia corrido a contar da atestação da nota fiscal/fatura apresentada, e recebimento definitivo descrito no Termo de Referência, verificado o recebimento do objeto contratual respectivo e cumpridas às formalidades legais e contratuais previstas, bem como observadas as condições estabelecidas neste **CONTRATO** e a ordem cronológica prevista no artigo 141 da Lei nº 14.133/21.

4.2 – Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis durante todo o período de vigência desta contratação. No caso de prorrogação do prazo contratual e desde que tenha passado o período de 12 (doze) meses, os valores poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contada a partir da data do orçamento que originou esta contratação.

**5 - DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:**

5.1 - O prazo de validade desta proposta comercial é de **60 (sessenta) dias**, contados da data limite para apresentação das propostas, observado o disposto no caput e parágrafo único do art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90078/2024**  
**SCS 051565 – PROCESSO ADMIN. Nº VR-30.030-00000012/2024**

**6 - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:**

6.1 - As **PARTES CONTRATANTES** declaram-se sujeitas às cláusulas e condições desta **PROPOSTA** e do **TERMO DE REFERÊNCIA** que originou esta contratação, às regulamentações aplicáveis à espécie e, em especial, a Lei nº 14.133/21 - Normas Gerais de Licitação e Contratação Pública, Lei Complementar nº 123/2026 e as Instruções Normativas SEGES/ME nºs 65/2021 e 67/2021.

**7 - DADOS BANCÁRIOS:**

BANCO:

CONTA CORRENTE:

AGÊNCIA:

Cidade, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2024.

---

PROPOSTA COMERCIAL  
assinar